



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Murari, Luciana

"Uma sucessão de quadros em Cosmorama": cotidiano e ordenamento social na crônica urbana de
Roque Callage

Estudos Ibero-Americanos, vol. 38, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 343-362
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134625292008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Uma sucessão de quadros em Cosmorama”: cotidiano e ordenamento social na crônica urbana de Roque Callage

“*A succession of Cosmorama pictures*”: *everyday life and social ordering in Roque Callage’s urban chronicle*

Luciana Murari*

Resumo: Este artigo analisa as crônicas urbanas publicadas pelo jornalista e escritor Roque Callage no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, entre 1925 e 1930, buscando identificar duas perspectivas de observação do cotidiano da cidade: o processo pedagógico de difusão do comportamento tido como “civilizado”; e a ruptura da norma social registrada através da descrição de manifestações criminosas pela coluna.

Palavras-chave: Porto Alegre. Cotidiano. Roque Callage.

Abstract: This paper intends to analyze the urban chronicles published by journalist and writer Roque Callage on the *Diário de Notícias*, from Porto Alegre, between 1925 and 1930. The observation of everyday life is described from two points of view: the pedagogical diffusion of a so-called “civilized” pattern of behavior and the disruption of social order through the crime episodes related by the chronicles.

Keywords: Porto Alegre. Everyday life. Roque Callage.

* Doutora em História Social (USP, 2002). Universidade de Caxias do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. <lmurari@hotmail.com>.

Entre 1925 e 1930, o jornalista e escritor Roque Callage assinou a coluna *A Cidade*, publicada cotidianamente no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre.¹ Tratava-se de um ponto de inflexão em sua trajetória intelectual: nascido em Santa Maria em 1888, havia já colaborado em diversos periódicos em cidades do interior do Rio Grande do Sul, ensaiado uma carreira jornalística em São Paulo e no Rio de Janeiro, e publicado, até aquele momento, obras literárias e ensaísticas, voltadas, sobretudo, para temas regionais e rurais.² O regionalismo era, de fato, o gênero consagrado para a expressão do nativismo na literatura, mas, no Brasil da época e, especificamente, no incipiente meio literário do Rio Grande do Sul, poucas eram as oportunidades de colocação profissional dos literatos. Ao lado da burocracia, a imprensa era, naquele contexto, um dos reduzidos espaços de atuação dos escritores.

Foi através de sua coluna sobre problemas urbanos que Roque Callage adquiriu popularidade e prestígio no meio social porto-alegrense, sendo amplamente reconhecido como observador privilegiado da vida da cidade e como intermediário entre a população e o poder público. *A Cidade* tinha como programa apresentar e discutir todos os temas que pudesse vir a interessar ao morador de Porto Alegre, desde os mais prementes – como o fornecimento de água encanada, por exemplo, – até os mais singelos, como as reviravoltas do clima e o movimento da rua elegante da cidade, a popular Rua da Praia.

Neste artigo, pretendemos analisar a abordagem dos problemas urbanos em *A Cidade* no que diz respeito à normatização da vida cotidiana, concentrando-nos em dois temas particulares: a emergência de novos padrões de comportamento e a ruptura das regras sociais representada pelo problema da criminalidade. Em comum, estes temas possuem a preocupação com o estabelecimento de padrões de conduta que tornassem a experiência coletiva no cotidiano urbano previsível, ordenada e coerente com os padrões culturais definidos como

¹ A coluna foi idealizada por Callage e assinada primordialmente por ele, com um lacônico “C.”. Durante o período entre 1925 e 1930, o cronista foi substituído por colegas em algumas ocasiões, sobretudo em função de problemas de saúde. Mesmo com a transferência de Callage para o *Correio do Povo*, no final de 1930, e com sua morte, em maio de 1931, ela continuou a ser publicada no *Diário de Notícias*. Em função do aspecto autoral assumido pela coluna, foram incluídas neste *corpus* apenas as crônicas assinadas por Roque Callage.

² Callage publicou: *Prosas de ontem* (1908), *Escombros* (1912), *Terra Gaúcha* (1914), *Rincão* (1921), *Terra Natal* (1920), *Vocabulário gaúcho* (1926), *Quero-quero* (1927), *No fogão do gaúcho* (1929). Além disto, colocou sua veia jornalística a serviço da causa política ao publicar *O Drama das Coxilhas*, em 1923, e *Episódios da Revolução*, em 1930. Para informações biográficas, ver Machado (1975).

“civilizados”, no contexto de um processo de intensificação dos projetos de atualização cultural da cidade.

A periodicidade diária da coluna assinada por Callage permite-nos acompanhar, neste sentido, a rotina de uma capital que vivia então um de seus períodos de mais intensa transformação, o que envolvia tanto a remodelação urbana quanto uma mudança de valores, códigos de conduta e expectativas em torno dos espaços de sociabilidade. De fato, como demonstrou Charles Monteiro (1995), a década de 1920 vivenciou uma reformulação na política municipal de organização do espaço em Porto Alegre, voltada para sua sincronização com os símbolos da modernidade: novas vias de acesso, reordenamento do fluxo urbano e realização de obras de infraestrutura somavam-se à estetização do espaço público e a esforços de normatização das relações sociais. Assim, empreendia-se uma “tentativa de integrar as camadas populares urbanas aos valores e às formas de sociabilidade burguesa” (Monteiro, 1995, p. 48).

Assim, no período entre 1925 e 1930, foram realizados empreendimentos decisivos para a “remodelação urbana” de Porto Alegre, como o início da construção do viaduto Borges de Medeiros, a abertura de novas vias como as avenidas Júlio Castilhos e São Raphael (atual Alberto Bins), a reorganização dos serviços de saneamento e de fornecimento de água potável, o calçamento das ruas centrais, a expansão da rede elétrica e a abertura ao público das primeiras áreas ajardinadas do Parque da Redenção, além de iniciativas como a criação da Banda Municipal e da disposição do poder público de construir um novo teatro, o que afinal nunca foi realizado. Ressalta-se que, apesar de entusiasta deste programa de atualização urbana, Callage não foi apoiador incondicional dos atos da municipalidade, exercendo uma constante vigilância em relação à atuação do poder público, especialmente no que dizia respeito à prioridade muitas vezes concedida ao “embelezamento” da cidade, e da concentração dos investimentos na zona central de Porto Alegre, em detrimento dos arrabaldes, sobretudo daqueles em que se concentrava a população operária da capital.

Neste estudo, o *corpus* integral da coluna nos anos de 1925 a 1930 – cerca de 1.500 crônicas – foi submetido a uma leitura analítica que identificou a recorrência do tema em pauta e sua interação com outros aspectos relevantes da vida urbana na perspectiva do autor, dentre os quais a saúde pública, a política e a organização da administração pública. Ressalta-se, neste sentido, a especificidade da fonte utilizada. A publicação cotidiana da coluna demanda que o *corpus* seja submetido

a uma leitura horizontal, capaz de proporcionar um acompanhamento sistemático de cada um dos debates abertos, e que se distribuem de maneira fragmentária ao longo do tempo. Os temas prioritários da coluna – as normas de comportamento e a criminalidade estão entre eles – eram retomados periodicamente e, em geral, abordados a partir da observação factual da cena urbana e das realizações dos órgãos públicos. Faz-se necessário, portanto, atentar não apenas para os eventos isolados comentados pelo cronista como para a continuidade de seu discurso, sobretudo no que diz respeito a seu esforço pedagógico e à pressão sobre os órgãos governamentais responsáveis pela gestão do espaço urbano.

Neste artigo, a imprensa é tomada não somente como fonte, mas como objeto e como agente dos processos de transformação em curso. Não há, na coluna de Callage, qualquer pretensão de neutralidade na abordagem dos assuntos propostos, de modo que as idiossincrasias do autor permitem entrever um discurso conscientemente engajado, que deve ser lido, justamente, a partir de seus contornos ideológicos. A análise proposta busca, assim, observar expectativas, categorizações, juízos de valor e interditos capazes de nos permitir compreender processos culturais de mudança comportamental, de reordenamento das relações sociais e de ressignificação do espaço público.³ Como adverte Michel Winoch, convidando-nos a buscar as ideias políticas não apenas nos grandes pensadores, mas também nos homens comuns, “dedicar-se às mediações e aos mediadores, tanto quanto aos ‘pensadores’, resulta da necessidade metodológica, quando o historiador quer avaliar o trabalho das ideias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística”. Pretendemos aqui identificar este sentido de mediação na obra de Callage, um daqueles “fabricantes de pensamento cotidiano ou semanal” mencionados por Winoch (2003, p. 282).

Ressaltamos, ainda, a relevância do registro do cotidiano para a escrita da história cultural. O fazer e o refazer do dia-a-dia criam processos de ritualização que organizam o tempo e o espaço vividos em grupo, desenhando o cenário da reprodução da sociedade. A rotina naturaliza a experiência comum, de modo que esta parece transcorrer de forma insuspeitada e automática, o que contribui para a atribuição de significado aos processos sociais. Por outro lado, o dia-a-dia é também a arena do debate, do intercâmbio, da contraposição de ideias e da

³ Para uma discussão sobre o emprego da imprensa na pesquisa histórica, ver: De Luca (2006), Espig (1998) e Cruz e Peixoto (2007).

inovação. Nesta instância aparentemente não problemática da realidade, é possível observar a negociação dos sujeitos com a ordem social em que se inscrevem, as estratégias e os modos de ação utilizados na manutenção e no questionamento desta mesma ordem. É da contraposição aos momentos de abalo e aos de grandes eventos públicos que o cotidiano encontra sua força e demonstra seu sentido: o retorno à rotina que então se observa promove sua contínua renovação (Reguillo, 2000).

Logo, ao mesmo tempo em que a rotina participa da reprodução da ordem social através da contínua repetição de ações, lógicas, constrangimentos espaciais e temporais que definem a norma, os momentos de crise permitem percebê-la como um componente organizador da vida social. No entanto, mesmo considerando que o dia-a-dia limita e sanciona padrões de comportamento, resta sempre um espaço considerável de indefinição, criado pela própria dinâmica da vida moderna e pela natureza essencialmente efêmera de suas expressões. O acaso, o inesperado e o original conduzem ao improviso, permitem assimilar a inovação e revelam a luta simbólica pela representação da sociedade, em torno do que ela foi, é, e pretende ser (Reguillo, 2000). Assim, *A Cidade* – tanto a concreta quanto a escrita, afirmava Callage, constantemente assimilando as duas dimensões – é criada neste espaço de repetição e de inovação, de continuidade e de conflito. A coluna faz-se, assim, o ponto de convergência em que os diferentes aspectos do cotidiano urbano, observados fragmentariamente “[...] como um caleidoscópio ou uma sucessão de quadros em Cosmorama” são encaminhados a um debate público organizado e consciente (Callage, 08/01/1928).

“Muita coisa digna de registro resiste à onda civilizadora”

Na segunda metade dos anos 1920, Porto Alegre passava por um processo de remodelação urbana que tinha na imprensa um de seus maiores porta-vozes, demandando intervenções no espaço urbano no sentido da criação de uma infraestrutura condizente com os “foros de terra civilizada” conquistados pela “metrópole” rio-grandense (Callage, 27/04/1928). Esta era, entretanto, apenas uma das faces deste processo de transformação. A frequência a espaços de sociabilidade como o cinema, o *footing* da Rua da Praia ou mesmo o transporte coletivo demandava a adequação a códigos de comportamento que a imprensa difundia em uma espécie de campanha civilizadora. No entanto, tão significativa quanto as conquistas materiais seria a formação de um novo cidadão,

fiel aos preceitos comportamentais que definiam, de forma genérica, a adequação do indivíduo a um coletivo moderno. Criar homens coerentes com este meio social atualizado era uma tarefa difícil em uma cidade em que os níveis educacionais eram bastante baixos, e que era ainda bastante ligada ao mundo rural, fonte primordial das representações identitárias que definiam a idiossincrasia da região (Pesavento, 2002, p. 245-262). Os jornais assumiam, deste ponto de vista, uma nítida função pedagógica, que foi exercida pela coluna de Callage intensa e conscientemente (Monteiro, 1995).

Este processo de mudança comportamental pode ser definido como uma manifestação característica de um processo mais amplo que Norbert Elias definiu como o “processo civilizador”: uma transformação psíquica que conduz à adoção de determinados padrões de comportamento socialmente consagrados, e que consistem na assimilação de normas que convergem para a valorização de atributos como gentileza, polidez, autocontrole emocional, obediência a formas de intercâmbio social convencionadas, repressão de funções corporais, sentimentos internalizados de vergonha e repulsa. Trata-se de um processo de condicionamento e de adestramento que, iniciado na Europa a partir do século XVI, conduziu à submissão do indivíduo a condutas e a costumes regulamentados que transformaram a estrutura das relações sociais e fizeram que estas se diferenciassem decisivamente do observado entre os povos ditos “não civilizados”, embora algumas características deste comportamento “civilizado” sejam variáveis. Esta mudança, que implica tanto no estabelecimento de obrigações quanto de proibições, iniciou-se nas camadas aristocráticas da sociedade e foi lentamente difundida entre as demais classes, tornando-se generalizada. Podemos dizer que elas se relacionam de diversas formas ao processo de modernização – que poderíamos definir, do ponto de vista comportamental, como a difusão de um padrão ocidental de conduta (Elias, 2011).

No contexto brasileiro, reformas urbanas como as que se intensificavam na segunda metade dos anos 1920 em Porto Alegre adquiriram o significado adicional da superação das características coloniais ainda remanescentes na cultura da cidade, processo que dependia da imposição da ordem pública ao poder privado, tradicionalmente dominante tanto no meio urbano quanto no meio rural. Para a afirmação das medidas civilizadoras necessárias a uma decisiva “ocidentalização” das condutas, era necessária a imposição, ao mesmo tempo, de um sistema legislativo, de poder repressivo e punitivo, e de normas reguladoras que consistiam na prevenção, no controle, e na incitação a comportamentos

e a sensibilidades até então desconhecidas ou desvalorizadas. Embora a ordem colonial marcada pela indiferença em relação ao conforto doméstico, pela ausência de contenção dos comportamentos pessoais e por uma sociabilidade extremamente precária desses sinais de atenuação à medida que se intensificavam as atividades econômicas e aumentavam as demandas por mais intenso intercâmbio social, a superação dos antigos hábitos, ao menos entre as camadas menos instruídas da população, dependia de um lento processo de mudança. (Costa, 2004).

O melhor sinal de que, na Porto Alegre dos anos 1920, este era ainda um movimento incipiente são as crônicas de Callage, que buscam exercer uma ação pedagógica direcionada à transformação dos costumes no espaço público urbano. Chamaremos esta pedagogia do comportamento urbano de “processo civilizador”, por analogia com a obra de Elias, embora também possamos encontrar esta referência no texto do próprio cronista:

Em consequência desse vertiginoso impulso que lhe está dando o progresso, a cidade começa a perder o seu feitio de arraial, os seus hábitos e costumes de aldeia. Ainda assim, muita coisa digna de registro resiste à onda civilizadora, dando margem a uma série de flagrantes onde o pitoresco e o grotesco reponham juntos, fazendo morisquetas ao urbanismo da metrópole. (Callage, 27/05/1930).

Entenda-se “urbanismo”, no trecho acima, como “urbanidade”, ou seja, a virtude intrinsecamente urbana de polidez, disciplina, refreamento dos impulsos, civilidade, consideração do impacto das ações individuais sobre o coletivo, ou seja, um conjunto de normas de comportamento generalizadas que diferenciaria uma verdadeira cidade de uma “aldeia” ou “arraial” – espaços caracteristicamente “coloniais”. A crônica citada acima narra em cinco quadros situações da vida urbana que evocam esta questão. O primeiro quadro – o passeio de um elegante local em pijamas de seda – não diz propriamente respeito à civilidade, mas faz referência a uma questão própria ao espaço urbano: a obediência à regra *versus* o desejo de distinção no ambiente anônimo da cidade, motivado pela vaidade e pelo esnobismo. O segundo vai ao âmago do problema da civilidade: em plena Rua da Praia, um pedestre recebe em cheio, na cabeça, a “poeira microbiana dos tapetes”, que por hábito eram sacudidos nas sacadas. A conclusão não podia ser outra: Porto Alegre parecia ser uma cidade civilizada, mas ainda demonstrava a desobediência aos mais elementares princípios da higiene. Atente-se aqui para o fato, demonstrado por Elias, de que embora o conhecimento científico tenha

possibilitado o entendimento racionalizado dos determinantes de certas doenças, com o qual poderíamos associar, por exemplo, a interdição do escarro – ou, no caso específico, a limpeza dos tapetes em área pública –, esta não é a motivação precípua da adoção do empenho civilizador. Em geral, as regras de conduta não estão associadas a tais rationalizações, que não definem a internalização dos sentimentos de asco ou medo associados a muitos dos comportamentos interditos pela norma civilizadora (Elias, 2011, p. 155).

O terceiro quadro da crônica também é eloquente: a observação indiscreta e a emissão de comentários diversos sobre os passantes pelas moças “janeleiras” são uma afronta ao anonimato e à demonstração de indiferença que são a regra do comportamento na cidade moderna. Como demonstrou Richard Sennet, a partir das pesquisas do sociológico Erwing Goffman, a experiência urbana alimenta, pelo contrário, uma dessensibilização do indivíduo em relação ao mundo circundante, de maneira que a complexidade da experiência torna-se mais tolerável à medida que nos mostramos fisicamente indiferentes aos múltiplos estímulos do meio (Sennet, 2008, p. 368). Ao deter-se em um pedestre, o comentário das “janeleiras” acaba por transformá-lo em um objeto de interesse individualizado, criando uma inconveniente intimidade, uma espécie de “invasão” da privacidade que o cidadão urbano moderno experimenta em seu isolamento em si mesmo no espaço massificado. O quarto quadro da crônica repete o tema, ao descrever o comportamento invasivo dos taxistas, que não apenas transformavam a rua num espaço próprio onde se comportavam sem freios, como assediavam e constrangiam os eventuais passageiros de modo a comprometer sua liberdade de movimento. O quinto quadro remete à permanência, no ambiente da cidade, de hábitos superados como a serenata, remanescente da cultura colonial em plena era das *jazz-bands*, e a consequente “sedução” – o anacronismo da cena tem como equivalente o anacronismo tecnológico que demonstrava a precariedade do processo de atualização de Porto Alegre, ou seja, a inexistência de luz elétrica participava do fato tanto quanto a escuridão da noite sem luar.

No espaço aberto da rua, comportamentos tidos como incivilizados demonstravam a demanda do cronista pelo “processo civilizador”, uma transformação das condutas que tornasse a cidade mais coerente com o que se esperava de uma “metrópole”. Em espaços como o dos teatros e cinemas, outros tantos exemplos de comportamento inadequado eram observados pelo jornalista: entrar na sala depois que o espetáculo já havia começado, fazer barulho ao desembrulhar balas, usar chapéus de

abas largas que comprometiam a visibilidade do palco, levar crianças de colo, fumar. A crônica assumia a nítida intenção de estabelecer um novo padrão de comportamento, contribuindo para sua assimilação ao afirmá-lo como o desejável e o adequado, o que não dispensava uma linguagem infantilizante que associava ser “civilizado” a ser “humano”: “Quem vai a um local de concertos como aquele é para se portar direitinho, como gente, e não fazer papel feio e ridículo” (Callage, 01/12/1927).

No entanto, como a norma “civilizada” ainda não havia sido incorporada pelo público, restava a lei como elemento repressor que exercia ação coercitiva sobre os infratores. No caso, de acordo com o decreto municipal número 100, cabia à administração do teatro ou cinema zelar pelo cumprimento da regra, sendo ela então passível de multa, o que o cronista admite ser impraticável e injusto. Segundo ele, cabia ao poder público, no caso a Intendência Municipal, “a tarefa de educar o público, já que o público não o quer”. Educar, neste caso, significa exercer sua ação repressora através da punição, “sob a pena de cadeia (!)”, – as exclamações, aliás, são do próprio cronista (Callage, 07/08/1927, 15/04/1928).

Os espetáculos de música eram ocasiões privilegiadas para a aferição do grau de civilidade de uma audiência, que deveria guardar uma posição de respeito no “lugar sagrado da arte”, onde não cabiam risadas, piadas ou, pior ainda, a ação dos “bolinas” (Callage, 01/12/1927). A assimilação das normas de comportamento características de uma plateia “civilizada” implicava, por outro lado, não apenas em reprimir e proibir, como também em difundir o comportamento considerado apropriado, o que incluía fazer com que o público desempenhasse o papel que cabia a ele. Ao registrar a passividade da audiência de um concerto clássico, a crônica de 13 de julho de 1926 assume, como de hábito, um tom didático e informativo, uma vez que a transgressão da regra não é, neste caso, sinal de incivilidade, mas de imperícia no manejo das regras sociais, ou seja, uma *gafe*:

É claro que não se deve interromper o artista quando ele está em plena intensidade do canto, quer num “solo”, numa “romanza”, ou mesmo num “dueto”, porque assim prejudicaria a própria atenção do auditório, prejudicando, também, os cantores. Mas terminada a cena e se esta agradou ao público como no caso foram as principais cenas da “Traviata”, este deve aplaudir com o entusiasmo de que está possuído. Nessa, como em quase todas as óperas, há as necessárias pausas, um certo intervalo de parada que é exatamente

para o espectador aplaudir, se assim lhe aprouver, sem que isso perturbe de modo algum o seguimento da representação.

Já vêm os senhores do “psiu”, que estão cometendo verdadeiras *gafes* censurando por meio do chiado interjectivo as pessoas que desejam manifestar o seu agrado. (Callage, 13/07/1926).

Nos bondes, por sua vez, entrava em questão uma clássica manifestação de conduta imprópria: os hábitos de cuspir e de escarrar, uma das primeiras grandes modificações comportamentais relacionadas ao “processo civilizador”, que tornou repugnantes estes hábitos, tidos na Idade Média como uma necessidade humana geral. Isto demonstra que tanto a definição do que é natural quanto do que é cultural depende dos processos históricos em que estes conceitos são mutuamente moldados (Elias, 2011, p. 153-157). Outras questões relativas ao comportamento nos bondes relacionavam-se antes com a praticidade, a pontualidade e o conforto das viagens do que propriamente com esta repressão das manifestações corporais. Por outro lado, a proibição de conduzir volumes incômodos e o compromisso dos empregados com o horário estabelecido são igualmente relevantes para demonstrar que esta mudança de costumes vinha acompanhada de uma maior preocupação com o bem-estar coletivo e com o controle e o ordenamento do espaço público (Callage, 19/09/1925).

Pichações pornográficas nos equipamentos e nas vias públicas, nudez ou uso de roupas inadequadas ao banho de mar, coleta de flores nos parques públicos, invasão das praias a cavalo – muitas outras manifestações de comportamento inadequado no espaço público demonstravam ao cronista a necessidade de intensificação do policiamento, uma vez que, segundo ele, estes “traços que tanto nos envergonham e deprimem” eram resultado da falta de educação e “só o tempo terá força para eliminá-los” (Callage, 24/09/1929). O cronista acreditava cumprir, assim, um papel educativo que cabia também aos agentes do poder público, dotados não apenas da força, mas também da virtude de informar os cidadãos – polidamente, diz o cronista, mas fazendo uso de sua autoridade – sobre o que se esperava deles.

“A suma esperteza ligada ao sumo progresso”

Roque Callage assumia, assim, o papel de agente de um processo civilizador que dependia da introjeção de um dado modelo de conduta por parte do homem comum. A convivência no espaço público

ressentia-se, entretanto, não apenas do comportamento “inadequado”, mas da presença de elementos bem mais nocivos à ordem social. Callage difunde a ideia de que o meio urbano porto-alegrense vivia uma condição de generalizada desordem, em função da rotinização da criminalidade e da violência. No contexto de um discurso voltado para controlar e organizar a vida coletiva, a recorrência dos eventos policiais era a mais patente demonstração da dificuldade de impor à cidade uma ordem superior às motivações individuais.

O crime, somado aos acidentes do trânsito, definia as principais queixas do colunista contra a administração pública: a Inspetoria de Veículos e a Polícia eram dois de seus principais alvos, sendo o cidadão porto-alegrense retratado como um desamparado, vítima, ao mesmo tempo, dos impostos e da completa impotência do poder público em face do caos do trânsito e da ação dos meliantes. A criminalidade era, assim, um tema inesgotável para as páginas de *A Cidade*, que se toma por porta-voz da população ao chamar a atenção para o agravamento – real ou imaginário, impossível precisar – do problema, e, sobretudo, para a indiferença dos órgãos públicos em relação a ele.

Alguns dos bandidos que atuavam na cidade logravam consolidar uma reputação, e muitos deles eram tão célebres que puderam, inclusive, ser identificados através de um mapa em que figuravam retratos fotográficos de 67 dos cerca de mil ladrões e golpistas de Porto Alegre, de acordo com as estatísticas apresentadas pelo cronista. Ao acusar a indiferença da polícia, Callage conduz o argumento *ad absurdum*: se esta não existisse, talvez a criminalidade recuasse, uma vez que os bandidos perderiam uma de suas grandes motivações, qual seja, divertir-se à custa do mofino policiamento local (Callage, 17/06/1927).

Muitas eram as categorias de criminosos em ação na cidade, segundo a coluna de Callage: os charlatães que exploravam a superstição popular; os ladrões de galinhas e de roupas nos varais; os arrombadores; os traficantes de drogas; os punguistas, batedores de carteira; os cafetões, que exploravam o comércio de “escravas brancas”; os ladrões de automóveis, os praticantes do “jogo das tampinhas”; as ladras de aparência distinta; os golpistas. Estes últimos recebem uma atenção constante da coluna, que mais de uma vez explica em detalhes como se davam os golpes do bilhete premiado e do pacote, “a suma esperteza ligada ao sumo progresso” (Callage, 17/06/1925).⁴ Nos dois casos, o

⁴ Os golpes do pacote e do bilhete premiado têm sua dinâmica explicitada nas crônicas de 17 de junho de 1925, 23 de abril de 1927 e 7 de novembro de 1929.

cronista empreende uma verdadeira campanha para conscientizar a população de que a vítima do golpe, em sua ambição de se apoderar dos pacotes de dinheiro ou do prêmio da loteria pertencentes a outrem, era tão ou mais culpada que o próprio golpista. Daí sua proposta profilática: cada vítima que chegasse à polícia para se queixar deveria ser presa, e desta forma o problema tenderia a resolver-se sozinho. No entanto, a campanha parece não ter resultados, porque a longevidade do golpe era surpreendente (Callage, 23/04/1927).

Ao lado destas, somem-se também outras categorias de contraventores: os falsos mendigos; os exploradores do jogo, que segundo o cronista somavam duas ou três mil pessoas; os grileiros, falsificadores de registros de propriedades; os fraudadores do leite (Callage, 22/04/1928, 01/09/1928, 05/02/1926). São contemplados pela crônica, ainda, os cidadãos pretensamente honestos que recorriam a golpes contra os seguros, através de incêndios criminosos, ou a falâncias fraudulentas para escapar de suas obrigações financeiras (Callage, 31/03/1927, 30/11/1927). As crônicas de *A Cidade* pintam um retrato dramático da ilegalidade em Porto Alegre, e demonstram uma percepção de que o crescimento da cidade e sua atualização tinham efeitos colaterais indesejáveis – que incluíam uma transformação moral –, o que exigia que o Estado tomasse a frente no ordenamento e controle da sociedade.

Um exemplo disso é o problema do trânsito, que, por volta de 1925, estava ainda por ser regulamentado em algumas de suas mais básicas diretrizes, como a concessão do direito de conduzir veículos automotores. A realização dos exames de habilitação data do final de 1927, quando já existiam cerca de 3 mil automóveis na cidade. Mesmo assim, era ainda permitido conduzir veículos sem possuí-la, mediante o pagamento de uma taxa de 200\$000, relativamente elevada para os padrões da época (07/01/1927). A situação era ainda agravada pelo fato de que era ainda precária a fiscalização da velocidade dos veículos. Nesse contexto, comprehende-se que os acidentes de trânsito tenham se tornado uma das calamidades da capital na segunda metade dos anos 1920, convertendo-se num dos temas mais recorrentes de *A Cidade*. Na coluna eram frequentes as críticas contra a Inspetoria de Veículos, departamento municipal responsável pela organização do tráfego urbano, mas que se mostrava incompetente, na visão da coluna, para zelar pela sua segurança. O registro diário de acidentes seria desproporcional ao nível de desenvolvimento da cidade, devendo ser atribuído “aos abusos criminosos de muitos choferes, à incompetência de outros e à completa

anarquia da Inspetoria de Veículos”, cuja prioridade não parecia ser a proteção do cidadão (21/06/1927):

Por outro lado já cansamos de repetir que o guarda postado na esquina tem a preocupação única de dar passagem ao veículo ou de fazê-lo parar quando preciso, não se preocupando com o resto. Isso quer dizer que, obtido o trânsito livre, o automóvel pode sair com a velocidade que bem entender que o guarda pouco se interessa por isso. Aí está, a nosso ver, a causa de tantos desastres. Um que vai, outro que vem com extrema velocidade – e depois, a colisão. Além disso, o veículo que vai atrás quer a todo o transe passar do que vai à frente. As ruas se transformam assim em verdadeiras pistas de corridas. (19/02/1927).

Nesse contexto, é com um misto de entusiasmo e ironia que as corridas de automóvel são recebidas pelo cronista, pois, embora parecessem ser uma novidade, de fato não se diferenciavam das cenas observadas cotidianamente nas ruas centrais, onde, de acordo com ele, os praticantes do novo esporte vinham fazendo treinamento (11/05/1927). Embora para Callage a gravidade dessa situação fosse peculiar a Porto Alegre, a crônica urbana de São Paulo registra uma situação muito similar, como demonstrou Nicolau Sevcenko. O automóvel era um objeto de consumo de luxo, cujo fascínio não residia em sua utilidade, mas em sua condição de emblema de superioridade social, o que convidava os condutores a buscarem distinguir-se, seja pela velocidade, seja pelo uso constante da buzina. Uma cultura da desigualdade fazia com que nem sequer houvesse punição para os crimes do trânsito, que se tornava um espaço de lazer movido pela emoção do risco – não tanto para os próprios condutores, como para os demais e, principalmente, para os pedestres, “alvos” preferenciais dos automóveis. Segundo o autor, isso demonstrava a permanência da cultura escravocrata, que tendia a afirmar as posições de poder através da prática cotidiana da violência da elite sobre os “subalternos” (Sevcenko, 1992, p. 74).

A coluna de Callage apresenta uma ilustração peculiar desta conversão do automóvel em símbolo, ao comentar a exposição, numa loja da Dodge localizada na Praça da Alfândega, de uma “baratinha” de luxo que tinha sido recoberta em tons de ouro, prata e bronze. O temperamento sóbrio e a disposição moralista do autor reservam aos observadores o debate sobre o objeto: enquanto um deles considera o gosto por tal prodígio uma escolha pessoal de consumo, o outro, tido como uma pessoa de bom senso, conclui que “fingir ouro e bronze na

armadura de uma baratinha, cujo motor é perfeitamente igual aos não bronzeados e não dourados que aquela acreditada fábrica vende aos milhares, é muita vontade de se expor ao ridículo ou de se antecipar ao carnaval!” O autor não deixa, entretanto, de se manifestar claramente: aquilo não passava de uma “fantasia alegórica”, sinal de ausência de gosto e de distinção, pois mesmo os objetos mundanos careceriam de uma “serena harmonia” (31/10/1926).

No entanto, mesmo que o comportamento fútil e exibicionista dos motoristas fosse a principal explicação para o morticínio das ruas, a responsabilidade pela situação do trânsito era atribuída à Inspetoria de Veículos. A prova disso é que, depois de sua reorganização em junho de 1927, o número de acidentes teria tido uma notável redução nas regiões fiscalizadas pelo órgão, mantendo-se elevado, não obstante, nas regiões mais distantes do centro, onde a fiscalização não existia. Ou seja, se a mentalidade dos motoristas não podia ser transformada, apenas a ação repressora do Estado poderia dar cobro à gravidade da situação. Callage cuida, ao mesmo tempo, de eximir os pedestres, principalmente as crianças, da culpa a eles atribuída, censurando os que recorriam a este argumento: “imprudência do pedestre vítima de desastres é sempre a melhor defesa para acobertar certos abusos, principalmente quando não há no caso testemunhas de vista” (24/01/1929).

O fato é que, durante todo o período de publicação da coluna, entre 1925 e 1930, a violência no trânsito continuou a ser denunciada e, apesar da melhora observada com a reorganização da Inspetoria de Veículos em 1927, a situação manteve os mesmos contornos dramáticos: “É tão grande e tão crescente, neste particular, o abuso, que não tardará muito a chegar a época em que o registro de quatro acidentes num só dia há de causar espanto, não mais pela quantidade, mas pela insignificância do número” (19/02/1930). De fato, as principais vítimas da imperícia de motoristas de automóvel eram os pedestres, ameaçados ainda pelos ônibus, bondes, carroças e trens. A situação do trânsito porto-alegrense era, decerto, sinistra, o que era exemplificado na crônica de *A Cidade* tanto por retratos horrendos como o dos acidentes da Viação Férrea (“carroças espatifadas, animais de pernas quebradas, trabalhadores mutilados, quando não esmagados, transeuntes apanhados de surpresa”) quanto por representações cômicas como a do “infeliz mutilado da Força e Luz”⁵, premiada no desfilo caricato dos estudantes em 1926. (06/02/1927, 25/04/1926).

⁵ Companhia então responsável pela operação do serviço de bondes em Porto Alegre.

Em *A Cidade*, espaço jornalístico de exposição e condenação dos males que afetavam as condições de convívio num meio social que se pretendia “civilizado”, o crime, a indiferença dos motoristas e o comportamento tido como antissocial somam-se ainda a outros alvos da imprensa, dentre eles o misticismo popular e as manifestações da cultura afro-brasileira, na visão do cronista derivadas da superstição e da ignorância. Porta-voz da razão, o cronista muitas vezes trata tais manifestações, denominadas de “baixa feitiçaria”, de modo a indiferenciá-las da criminalidade, definindo como “charlatanismo” diversas práticas sociais que deveriam, segundo ele, ser tratadas como casos de polícia.

“Todos os modos e processos inexequíveis em qualquer outro ponto do país, são postos em prática, entre nós, com absoluta segurança de êxito”, afirma o cronista (Callage, 13/04/1927). Este exagero é possivelmente motivado pela posição crítica do autor ao regime castilhista-borgista, que o conduzia ao questionamento de um de seus dogmas, a “liberdade profissional”, a seu ver mal interpretada como “o pleno exercício de uma profissão sem peias e sem constrangimentos”⁶ (Callage, 14/01/1928).

Os prodígios do ocultismo, do psiquismo, do faquirismo; a ciência da bruxaria, da feitiçaria, da adivinhação; a arte do escamoteio, de devassar segredos e mistérios; a cartomancia, a nigromancia, a quiromancia; a venda de tóxicos, de drogas suspeitas e tudo o mais que constitui exploração e embuste, tem livre exercício entre nós. É um vasto comércio propagado por toda a cidade. Não há rua ou beco em que se não encontrem livres representações desses gêneros de vida, em florescente grau de prosperidade. (Callage, 13/04/1927).

Como se vê, a estigmatização das práticas místico-religiosas as coloca par a par com o roubo, a fraude e o tráfico de drogas. A capacidade dos órgãos públicos de fazer face aos males sociais é sempre, por outro lado, objeto de dúvida, tanto pela incerteza quanto à inteligência e operosidade do “sherlockismo” local, quanto pela percepção de que o mal social tinha motivações mais profundas do que as manifestações individuais da contravenção. Isso porque a criminalidade é, diversas vezes, filtrada pelo jornalista a partir de uma perspectiva ampla em que

⁶ A Constituição castilhista, promulgada em 14 de julho de 1898, prescrevia, no parágrafo 5º do artigo 71, a liberdade de exercício profissional, excluindo “privilégios” obtidos através de diplomas. (Soares, 1998, p. 103-104).

se mesclam o crime comum e a corrupção, de forma que os pequenos e isolados eventos cotidianos são compreendidos no contexto geral do País. Em sua interpretação, o Brasil passava por uma fase de absoluta tolerância em relação à ilegalidade, tolerância esta que podia ainda convertê-la, ironicamente, em virtude, o que os processos políticos em vigor consagravam como o comportamento esperado.

Veja-se, por exemplo, a crônica em que é abordado o assalto ao Banco do Brasil, em 1926. O texto começa como uma referência irônica à polêmica distribuição de polpudos dividendos e gratificações aos acionistas e diretores do banco, para, em seguida, narrar com desdém o caso de um ladrão que, dois dias depois de conseguir assaltá-lo, foi preso na área central da cidade. O comentário sobre o evento adquire acentos cômicos, uma vez que em nenhum momento é questionado o ato criminoso em si, que “é coisa que muita gente boa faz, embora aplicando outros meios, outros processos”, mas a incompetência do meliante em escapar da polícia:

Ninguém, absolutamente, fez referências ao formidável valor das “massas” suspendidas na noite de sexta-feira. Isso não tem a menor importância. É coisa que muita gente boa faz, embora aplicando outros meios, outros processos. O que todo o mundo comenta, inclusive as crianças, é o fato de um cidadão se apossar daquela soma formidável e depois entregá-la, sem mais nem menos, sem um gesto de esperteza, sem tomar um caminho prático e seguro.

Com dois mil e quinhentos contos, hoje, tudo se consegue, até mesmo prender e meter na cadeia quem tivesse a petulância ou a ousadia de se julgar lesado.

Se o serviço fosse bem feito, com facilidade ele seria absolvido de qualquer imputação julgada criminosa. Assim, não. O peso da pena lhe vai cair em cima. É bem merecido. Outra vez terá mais cuidado e agirá então com todos os primores e requisitos da arte tão esplanada e ensinada pelo doutíssimo Vieira.

A “torcida”, valha a verdade, foi em massa!...

Quem escreve estas linhas o condenaria não pelo crime praticado, que nada é, comparado ao que se rouba neste país, mas pela falta absoluta de habilidade em cometer o delito... (Callage, 24/08/1926).

O tema da crônica é, portanto, a natureza familiar e rotineira do crime em uma sociedade em que este havia se generalizado e adquirido

certa nobreza – daí a referência ao livro *A arte de furtar*.⁷ O “jogo do bicho”, tido como um manifestação da idiossincrasia nacional, recebe um tratamento pilhérico e perde o caráter de contravenção à medida que a ruptura da norma era incorporada à rotina. O “bicho” é definido como uma “instituição nacional”, já que o jogo havia já se tornado parte da rotina doméstica e sido incorporado ao orçamento familiar como um “gênero de primeira necessidade”. A completa antipatia do colunista em relação a qualquer jogo manifesta-se em sua observação de que as maiores vantagens ou lucros da atividade ficavam para os donos da banca, e de que o vício do jogo poderia levar os pobres a comprometer uma parte significativa de sua renda. (Callage, 20/03/1925).

Sua postura moralizante estende-se, assim, sem distinção, à corrupção dos políticos, à fraude empresarial e à atuação dos golpistas, às apostas realizadas nas bancas do “bicho” e nos salões elegantes, onde os jogos se misturavam ao uso indiscriminado de drogas. “Civilizar” a cidade dependia, assim, de educar os cidadãos e de moralizar seu comportamento, demanda que se estendia, como se vê, a diferentes grupos sociais. Não acreditamos, assim, que o discurso do cronista possa ser compreendido apenas na perspectiva da ação repressora da elite sobre as classes populares. Callage, que se pretende um observador independente da cena local, coloca-se na peculiar posição de um “ilustrado”, comprometido apenas com a enunciação de um discurso racional, ordenador, arbitrador dos conflitos característicos de um período de mudança dos padrões culturais.

A Cidade não deve ser vista, assim, somente como um documento do processo de “remodelação urbana” empreendido na segunda metade da década de 1920 em Porto Alegre, e sim como um participante deste processo, pois os projetos de atualização da capital apenas seriam tomados por eficientes à medida que a transformação da materialidade urbana fosse acompanhada da emergência de um novo homem. Este, no caso das crônicas de Callage, é tanto aquele que se adapta a novas normas de convívio, como também o que assume sua parte no processo modernizador, como trabalhador, consumidor e, particularmente, como participante de um espaço público metaforizado justamente pelo espaço da coluna de jornal, que também publicava cartas de leitores e expressava as demandas populares diversas dirigidas ao cronista.

⁷ Na edição *princeps* de *A Arte de Furtar*, datada de 1743-4, consta de fato que o livro teria sido escrito pelo Padre Antônio Vieira. Entretanto, sua verdadeira autoria desde o início foi objeto de polêmica e só foi estabelecida na década de 1940, quando atribuída ao Padre Manuel da Costa. (Tavares, 2001).

Assim, esperava-se do cidadão o cumprimento dos códigos da urbanidade e o exercício, na forma de opinião pública, da atitude participativa que *A Cidade* buscava promover e acolher em seu cotidiano espaço de jornal. O leitor ideal de *A Cidade* é, como seu colunista, o “cidadão de bem”, figura indefinível que se apresenta ao mesmo tempo como o sujeito de práticas sociais a serem reguladas e como a vítima indefesa de uma sociedade que se descolava dos preceitos morais convencionais, em que se intensificavam as pressões do consumo, a ação repressora e controladora do Estado e as transgressões da ordem pelos que se mostravam indiferentes aos valores da honra, da solidariedade e da operosidade. Estes não eram apenas os contraventores reconhecidos como tais, mas também os novos homens envolvidos na generalizada corrupção e atraídos pela velocidade, o jogo e as drogas recreativas. A estes se somavam, na visão do cronista, os charlatães que exploravam a crença popular e manipulavam a mentalidade supersticiosa dominante. A coluna de Callage fornecia aos “cidadãos de bem” um ponto de encontro, um discurso pedagógico em prol da “civilização”, e um espaço de identificação com um código moral pretensamente em decadência. É, todavia, impossível avaliar o quanto de fato esta percepção descrevia mudanças efetivas ou o mero estranhamento em face da intensificação da experiência urbana.

Referências

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 282 p.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 35, dez. 2007. p. 253-270.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1. 262 p.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS – Curso de Pós-Graduação em História, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.
- MACHADO, Propício da Silveira. *Roque Callage*: vida, obra e antologia. Porto Alegre: UFRGS, 1975. 115 p.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre*: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edpucrs, 1995. 152 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano. Paris. Rio de Janeiro. Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 393 p.

REGUILLO, Rossana. La clandestina centralidad de la vida cotidiana. In: LINDÓN, Alicia (org.). *La vida cotidiana y su espacio-temporalidad*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: El Colegio Mexiquense/Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2000. p. 77-122.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447 p.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 390 p.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil*. Porto Alegre: AGE/Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 206 p.

TAVARES, Pedro Vilas Boas. Manuel da Costa (S.J.) e as polémicas do seu tempo. Para novas leituras da *Arte de Furtar. Via spiritus*, n. 8, p. 255-268, 2001.

Fontes:

- CALLAGE, Roque. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 20/03/1925, ano I, n. 17, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 24/04/1925, ano I, n. 46, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 17/06/1925, ano I, n. 92, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 25/06/1925, ano I, n. 99, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 14/07/1925, ano I, n. 115, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 19/09/1925, ano I, n. 174, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 29/09/1925, ano I, n. 182, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 05/02/1926, ano II, n. 265, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 25/04/1926, ano II, n. 46, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 13/07/1926, ano II, n. 115, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 24/08/1926, ano II, n. 151, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 29/09/1926, ano II, n. 182, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 31/10/1926, ano II, n. 210, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 07/01/1927, ano III, n. 269, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 06/02/1927, ano III, n. 295, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 19/02/1927, ano III, n. 306, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 20/02/1927, ano III, n. 307, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 31/03/1927, ano III, n. 26, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 13/04/1927, ano III, n. 37, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 15/04/1927, ano III, n. 39, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 23/04/1927, ano III, n. 45, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 11/05/1927, ano III, n. 60, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 21/06/1927, ano III, n. 95, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 09/07/1927, ano III, n. 111, p. 5.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 07/08/1927, ano III, n. 136, p. 3.

- CALLAGE, Roque. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 26/08/1927, ano III, n. 152, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 30/11/1927, ano III, n. 234, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 01/12/1927, ano III, n. 235, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 01/12/1927, ano III, n. 235, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 14/01/1928, ano III, n. 273, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 15/04/1928, ano IV, n. 39, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 22/04/1928, ano IV, n. 45, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 27/04/1928, ano IV, n. 49, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 19/05/1928, ano IV, n. 68, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 12/06/1928, ano IV, n. 88, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 01/09/1928, ano IV, n. 157, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 16/10/1928, ano IV, n. 195, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 24/01/1929, ano IV, n. 278, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 09/02/1929, ano IV, n. 292, p. 3.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 24/09/1929, ano V, n. 177, p. 5.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 07/11/1929, ano V, n. 214, p. 5.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 19/02/1930, ano V, n. 299, p. 5.
- _____. “A Cidade”. *Diário de Notícias*, 27/05/1930, ano VI, n. 74, p. 5.

Submetido em: 08/08/2012

Aprovado em: 25/10/2012